

A GUERRILHA URBANA NO EIXO BRASÍLIA/
GOIÂNIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIAS E
(DES)ESPERANÇAS?



Caminhos da História

THE URBAN GUERRILLA IN THE BRASÍLIA/
GOIÂNIA AXIS: SPACES OF RESISTANCE AND
HOPE(LESSNESS)?

LA GUERRILLA URBANA EN EL EJE BRASÍLIA/
GOIÂNIA: ¿ESPACIOS DE RESISTENCIA Y
(DES)ESPERANZA?

Barroso, Eloisa Pereira

 Eloisa Pereira Barrosoⁱ
eloisabarroso@unb.br
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Caminhos da História
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
ISSN: 1517-3771
ISSN-e: 2317-0875
Periodicidade: Semestral
vol. 28, núm. 2, 2023
revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

Recepção: 26 Maio 2023
Aprovação: 30 Junho 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/507/5074284007/>

DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v28n2p.82-10>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-Não Derivada 4.0 Internacional.

Resumo: : O artigo em tela tem como objetivo analisar as representações das mulheres nos espaços da guerrilha urbana ocorrida no eixo Brasília/Goiânia. A intenção foi, por meio da história oral, extrair das narrativas das mulheres entrevistadas fragmentos e vestígios que revelassem como a ação das mulheres nos espaços de luta pelo retorno à democracia no regime ditatorial brasileiro foi mais um espaço de lutas por direitos e igualdades sociais. As resistências, reverberadas por meio dos atos de memória, podem indicar que o combate às múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres pode ser encontrado em experiências vividas em diferentes espaços, temporalidades e contextos sociais.

Palavras-chave: História Oral, Guerrilha Urbana, História das Mulheres, Gênero.

Abstract: The presented article aims to analyze the representations of women in the spaces of the urban guerrilla that occurred in the Brasília/Goiânia axis. The intention is, through oral history, to extract from the narratives of the interviewed women fragments and vestiges that reveal how the action of women in the spaces of struggle for the return to democracy in the Brazilian dictatorial regime was another space of struggles for rights and social equality. The resistances, reverberated through acts of memory, may indicate that the fight against the multiple oppressions experienced by women can be found in experiences lived in different spaces, temporalities and social contexts.

Keywords: Oral History, Urban Guerrilla, Women's History, Gender.

Resumen: El artículo en pantalla tiene como objetivo analizar las representaciones de mujeres en los espacios de la guerrilla urbana que ocurrieron en el eje Brasília/Goiânia. La intención fue, a través de la historia oral, extraer de las narrativas de las mujeres entrevistadas fragmentos y vestígios que revelaran

cómo la acción de las mujeres en los espacios de lucha por el retorno a la democracia en el régimen dictatorial brasileño fue otro espacio de luchas por los derechos y la igualdad social. Las resistencias, reverberadas a través de actos de memoria, pueden indicar que la lucha contra las múltiples opresiones vividas por las mujeres se encuentra en experiencias vividas en diferentes espacios, temporalidades y contextos sociales.

Palabras clave: Historia Oral, Guerrilla Urbana, Historia de Mujeres, Género.

A luta das mulheres no mundo por direitos e igualdades sociais não é algo novo na história; ao contrário, registros de resistências para o combate às múltiplas opressões por elas vivenciadas podem ser encontradas em diferentes *corpus* documentais que compõem arquivos, sejam eles institucionais, sejam eles privados. No Brasil, um país de cultura patriarcal e machista, a busca por direitos individuais e coletivos encontrou na ação de algumas mulheres, como Bertha Lutz, Laudelina de Campos Melo, Nísia Floresta, dentre tantas outras, ressonâncias para a luta por emancipação no sentido de superar a condição subalternizada e inferiorizada delas na sociedade. Cabe ressaltar que estas lutas originaram conquistas importantes, mas ainda é preciso avanços para que o direito ao reconhecimento da igualdade de gêneros seja de fato efetivado. O caminho aberto pela história das mulheres e os estudos de gênero não pode ser ignorado na produção científica, pois ele tem nos permitido elaborações outras sobre as sociedades do passado, além de reconhecer as mulheres como sujeitos históricos. No entanto, os questionamentos e contribuições dessa área, bem como as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, ainda é um campo em disputa.

Não é novidade alguma para os debates acadêmicos que a desigualdade entre homens e mulheres é uma realidade posta e ainda não foi superada nem no espaço público e, muito menos, no âmbito das relações privadas. Segundo Michelle Perrot (2005), tão longe quanto nosso olhar histórico alcança, o que temos de fato é um espectro marcado pela incessante dominação masculina. Se considerarmos que as mulheres são constituídas historicamente de práticas discursivas e não discursivas, é preciso reconhecer os discursos e as práticas que designaram às mulheres o seu lugar social, a partir das suas tarefas e atribuições de modo a desconsiderar as subjetividades femininas como algo relevante. Se os discursos constroem lugares sociais como afirma Michel Foucault (1996), é urgente analisar questões referentes às relações entre os gêneros que possam problematizar os espaços de resistência ocupados por homens e mulheres. Isso posto, pensar a conexão entre os espaços ocupado por mulheres na guerrilha urbana, movimento de resistência à ditadura militar no Brasil (1964-84) e as relações de gênero é avaliar os sentidos e significados dessas categorias na efetivação de mudanças legais e culturais orientadas à equidade de gênero e à expansão da cidadania das mulheres.

A resistência à ditadura militar, diferentemente do que se estava acostumado a pensar, foi um movimento que contou com a participação de muitas mulheres. Elas se fizeram presente no movimento estudantil, nos partidos políticos, nas organizações sindicais, nos movimentos de luta armada clandestinos. Muitas mulheres têm relatado a pesquisadores e pesquisadoras seus feitos e suas formas de ação. Nos seus relatos descortinam outras possibilidades para a compreensão de diferentes questões referentes tanto ao lugar social das mulheres, como aos processos de resistências empreendidos por elas na configuração de outros sentidos

AUTOR NOTES

- i Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, com doutorado sanduíche em Sociologia pela Freie Universität Berlin-Alemanha. Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), no Departamento de História. Diretora da Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB e cadastrada no Programa de Pós Graduação em História da UnB. E-mail: eloisabarroso@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6850-0234>.

que não ratificam o papel de passividade e domesticidade a elas atribuído pelas construções discursivas ao longo do tempo e do espaço.

Michele Perrot (1989) no texto intitulado *Práticas da Memória feminina*, nos diz que não é raro as mulheres apaguem delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, pois deixá-las emergir poderia se caracterizar como uma espécie de ofensa à ordem discursiva instituída. Ocultar estas marcas é a maneira encontrada para não romper o silêncio imposto às mulheres pelo mundo social. Para a autora, uma forma de transgredir a esta ordem de apagamento encontrada tem sido a possibilidade oferecida às mulheres de narrarem suas experiências, de verbalizarem o mundo vivido por suas memórias. Estas narrativas têm, cada vez mais, encontrado na história oral a maneira de tornar visíveis as muitas mulheres ausentes, nos arquivos públicos e oficiais.

Para Walter Benjamin (1987, p.198), narrar é intercambiar experiências. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. Se, como preconiza o autor, a narrativa pode ser interpretada e apropriada de várias maneiras; o destino da narrativa é ser memorizada e reproduzida pelos ouvintes. Segundo Benjamin, o narrador mantém um vínculo indissolúvel com a experiência narrada em sua própria vida, ou na de quem a viveu, pois “Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1987, p. 205). A forma como as mulheres guerrilheiras contam suas lembranças do tempo da guerrilha aproxima-as deste narrador benjaminiano. São narrativas orais, feitas a partir das experiências vividas individual ou coletivamente, por elas próprias ou por outras, durante a guerrilha. Os fatos e emoções expressos nas narrativas têm a possibilidade de agregar novos elementos da experiência pessoal vivida à historiografia da ditadura militar no Brasil.

As mulheres guerrilheiras, ao contarem suas memórias, marcadas por acontecimentos vividos em cenários inóspitos, agregam elementos retóricos à narrativa que as remetem e nos remetem ao caráter trágico e dramático das experiências vividas por elas e por outros em um contexto marcado pelas injunções e interpretações sobre suas vivências durante a ditadura. Nas palavras de Michael Pollak (1992), elas apresentam suas “percepções da realidade” na medida em que a temporalidade e a circunstancialidade dos referidos relatos de memória não se dissociam das temporalidades às quais estão circunscritas: passado, presente e, quiçá, o futuro. Estas mulheres nos apresentam a “verdade da memória”; em seus relatos fragmentados estão presentes, ao mesmo tempo, um retrato individual, coletivo e identitário, nos quais os elementos, aparentemente desconexos, reconstituem uma unidade subjetiva que entrelaça identidades em temporalidades cambiantes perpassadas por processos de subjetivação e racionalização das experiências vividas. Dessa forma, os seus relatos não podem ser taxados de “verdade histórica”; eles são a “verdade do testemunho”, por isso sempre inconstantes, incompletos e ressignificados pelas experiências do presente.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p.212)

Como voz dissonante, este artigo busca apresentar as narrativas de duas mulheres guerrilheiras, pois as suas narrativas apresentam o peso de uma experiência univocamente feminina. Assim, a opção pela história oral se coloca como um caminho, haja vista as narrativas nos permitir pensar tanto a produção como as análises dos relatos, sem deixar de considerar que estes são constituídos e também constituem sentidos comuns e sentidos divergentes dos processos sociais presentes na historiografia sobre esse período em estudo. Dessa maneira, as experiências destas duas mulheres aliadas ao espaço temporal são constituidoras de realidades sociais, pois como nos diz Alessandro Portelli (1996, p.4) “a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais. [...] não temos,

pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro”.

O que é lembrado e como é lembrado é o que nos permite uma tessitura que nos possibilita ler os sentidos alternativos dados pela ação das mulheres nas ações de resistências executadas. No processo de escuta sensível emergem estruturas de sentimentos antes silenciadas. A multidimensionalidade do relato se coloca por meio dos fragmentos de memórias, desconstrói-se a homogeneização e o apagamento das diferenças resultantes das dinâmicas culturais envolvidas na produção historiográfica sobre uma história masculina da ditadura militar. As memórias de Ana Maria Modesto e Eliane Mota convergem para um esforço de não homogeneizar as imagens de uma historiografia única sobre a ditadura, como "espaços masculinos", Suas memórias, ao mesmo tempo em que interpelam o fazer historiográfico, constroem outros regimes de verdade em que suas vozes ecoam protagonismos de uma história negada, pois na construção da análise o que se propõe não é a costura dos fragmentos, mas a leitura interpretativa vinculada ao espectro social.

Ana Maria e Eliane têm em comum o fato de serem de famílias de classe média de Goiânia, terem estudado Colégio Liceu de Goiânia e de terem militado na organização de guerrilha urbana Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR PALMARES). Ana Maria era filha de um coletor de impostos, enquanto Fernanda tinha um pai comunista e mãe proveniente da classe média goiana, que projetou para a filha uma carreira como pianista. A entrevista com Ana Maria foi realizada no dia 04 de fevereiro de 2016, em sua residência. Iniciada às 15h e finalizada às 18h. Já com Eliane Mota a entrevista ocorreu também em sua residência no dia 9 de abril de 2016 tendo sido iniciada à 14h e finalizada às 18:30h.

Das memórias por elas fiadas a partir dos contextos e lugares de fala nos quais estavam inscritas no presente, Ana era uma mulher com mais de 70 anos de idade, divorciada e com uma vida livre, conforme ela mesma definiu; e Eliane, poucos anos mais nova, também divorciada, agora não mais terrorista, como ela mesma ressalta na sua narrativa, mas ainda uma mulher reflexiva; ambas apresentam uma história cambiante, na qual tempo presente e tempo passado se entrelaçam. Pensar as narrativas destas duas mulheres nos remete à crítica feita por Foucault (1979) ao historicismo, em que ele recusa o conceito de história atrelado à ideia de origem, desconstrói a noção de verdade única, pois segundo o autor: “A história [...] não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos [...]; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1979, p.35).

Por meio de uma memória sincopada desenraizada de temporalidades pré-fixadas, surge uma dimensão multicêntrica dada por atos de fala nos quais há um movimento expansivo, dilatado, giratório, vibrante e multidirecional das interpretações destas duas mulheres sobre suas experiências. E é neste “vai e vem” da memória que estas mulheres legitimam suas lembranças por meio de discursos que constroem suas identidades, entrelaçando os tempos de agora com fatos vividos em outrora. Os relatos propõem verdades parciais, passíveis de transformação. As verdades dos relatos se deslocam dos cerzimentos, formam novas verdades. Estes deslocamentos nos fazem pensar a história marcada pelo caráter descontínuo, com temporalidades distintas. Assim, podemos constatar que a perspectiva foucaultiana, quando pensada para a interpretação das vozes aqui reverberadas, constitui pensar a história como possibilidade de romper com o presente, de desestabilizá-lo, de desnaturalizá-lo. O que se propõe é uma perspectiva desconstrutivista, que nega o mito de uma história originária” (FOUCAULT, 1979, p. 18)

Deste modo, investigar os percursos destas duas narradoras implica compreendê-los a partir desta pluralidade que os constitui, ou seja, é necessário adentrar em uma perspectiva histórica e nos debruçarmos sobre estes discursos por elas produzidos, os quais disputam “verdades” sobre o lugar da mulher na historiografia da ditadura militar, em narrativas e contranarrativas. Os estudos e análises dos discursos destas mulheres não podem deixar de considerar o posicionamento marcado pelo *lugar social* e epistêmico ocupados por elas na historiografia. E mais, é necessário estarmos atentos de que discursos e representações que emergem de suas lembranças precisam ser interpretados de maneira a lhes conferir legitimidade. Portanto,

a análise de tais discursos necessita estabelecer formas de compreensão dos mecanismos sociais, políticos, culturais e econômicos que atuam na produção de suas identidades seja por elas, seja por outrem. Enfim, as identidades, ao serem problematizadas por meio das histórias narradas e trajetórias reconstruídas, nos possibilita a percepção da diversidade discursiva materializada nas vozes das mulheres, as quais ressignificam suas identidades enquanto partícipes, para sujeitos da história.

O adensamento e a complexidade que envolvem a construção da memória sobre a ditadura têm se colocado como um desafio; os depoimentos orais são permeados por relações densas e muito mais complexas sobre os processos de participação. Assim, além de pensar a história das mulheres, é preciso pensar a história constitutiva dos sujeitos na vitalidade do processo dialógico imbricado de relações política e de poder como nos ensina Foucault (1979). Nesta ordem de pensamento falar sobre a ditadura e a experiência vivida também se coloca como uma construção, pois as dores forjadas nas resistências são persistentes, como relata Eliane:

Como eu disse.. é.. eu apaguei isso por mais de vinte anos, eu não falava nisso, entendeu? Falei uma única vez com um professor da UNESP que era companheiro do Paulinho, né? Colega de trabalho e amigo também, então uma vez o Paulinho comentou com ele, mas eu fazia questão de não falar, talvez pela mesma razão que o meu companheiro de luta porque foi, assim, a gente foi muito, é... estigmatizado, agente foi.. nossa, foi massacrado. Talvez porque.. até hoje em dia eu tenho contato com a Ana e foi importante ficar lembrando coisas e talvez seja importante ficar falando disso, mas até então ninguém... importante até pra você refazer toda a análise né? Fazer e se sentir melhor com relação a isso. (Informação Verbal: Eliane Mota)

O relato só existe de forma adensada quando as mulheres falam, conectam experiências, pois um depoimento oral é permeado por sensações revividas que trazem outras posições emergentes nas quais os elementos postos tencionam as representações sobre as mulheres guerrilheiras. É no interior dessa tensão, inscrita numa historicidade particular, que o campo de pesquisa sobre a história das mulheres e as relações de gênero está constituído atualmente como tal.

De acordo com Portelli, a memória é um processo ativo de criação de significados. Ela forja, modifica a possibilidade de interpretação do vivido e do experienciado por aquele que narra. Estas modificações interpretativas se constituem como o esforço das narradoras em buscar sentido no passado para pensar suas trajetórias, assim colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico não é opção, mas uma obrigação (PORTELLI, 1997).

Depois a coisa melhorou e tudo. E o começo gente, a gente era muito jovem, é... a gente estudava no "Liceu", não sei se o também era do Liceu, foi presidente do grêmio, sabia, e que hoje é diretório acadêmico [...] Então, e aí foi por contato, né, assim, eu, já tava namorando o João né? Que entrou nisso e a gente já era amigo de escola né, e a coisa surgiu, a gente acreditou que tinha que entrar, que tinha que... que entrar nessa luta, porque realmente a gente achava que ia fazer um mundo melhor né? Sabe, e eu abandonei o ensino médio que na época era segundo grau e a mãe quase teve um troço. Minha mãe quase teve um troço tadinha, mulher envolvida nestas coisas era muito difícil, ela não aceitava mesmo, porque assim poderiam ficar mal faladas. Em setembro eu larguei tudo porque aí, a gente teve que entrar na clandestinidade... tava no 3º ano, sabe? (Informação Verbal: Eliane Mota)

Então, eu me chamo Ana Maria Modesto, nasci em 1950, janeiro de 50. Vivi em Poço de Goiás, porque meu pai era coletor, porque na época fiscal de renda chamava-se coletor e moramos muito tempo no interior de Goiás e nós fomos pra Goiânia, e em Goiânia que eu conheci um pouco do movimento que chamava [...] O movimento começou como estudante assim, tinha os estudantes participando do DCE naquela época, não sei hoje ainda... é a mesma coisa, né... (risos) e aí fomos participando, eram poucas mulheres, e de repente eu resolvi mesmo participar de verdade e ir pra... pro movimento de guerrilha. E esse movimento, várias pessoas que vocês conhecem hoje, zé Dirceu, Genoíno, Dilma, tudo participou desse movimento, eu era da mesma que tinha vários, que tinha várias tendências. Tendência não, nome, por exemplo, eu participei da VAR-PALMARES que é o que é da.. que a Dilma participou também. Mas isso, é o seguinte, era um ideal nosso, a juventude querendo mudar o mundo, e até hoje eu tenho vontade de mudar o mundo (risos) mudar tudo, mas e naquela época, nós fazíamos com idealismo assim bem... tinha dinheiro na jogada, tinha bastante sabe? Agora... não sei o que vocês podem perguntar... (Informação Verbal: Ana Maria)

Pensar os processos de subjetivação nestes relatos de si, feitos por estas duas guerrilheiras é importante, porque a partir deles podemos conhecer e problematizar uma cultura, uma sociedade, na medida em que estas

subjetivações se colocam como uma possibilidade de pensar uma época pelo viés das experiências individuais por elas vividas conectadas à cultura social da época.

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1996, p. 1-2).

Assim, compreender os discursos de Ana e Eliane por meio da história oral se coloca como uma possibilidade de expressão de linguagem constitutiva da realidade, haja vista que, enquanto linguagem, os relatos são muito mais abrangentes do que os conteúdos do passado, pois ao serem proferidos em uma temporalidade distinta, incorporam elementos da interpretação da experiência, como podemos perceber nas falas, quando o presente é sempre referenciado para se pensar o passado. Apesar de marcados pela pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas, os relatos revelam o interesse comum de possibilitar a visibilidade da experiência histórica das mulheres, o que nos torna possível a compreensão do modo como as desigualdades e diferenças de gênero foram e ainda são produzidas social e historicamente.

Na área de História, os estudos sobre relações de gênero e história das mulheres vêm gerando produções historiográficas inovadoras que problematizam os conceitos naturalizados e universalizados a respeito das mulheres. A história das mulheres se constitui como um campo de pesquisa no qual cientistas defendem suas posições feministas e se posicionam também como sujeitos da história. Tal perspectiva incorpora uma posição política, pois delegam às mulheres identidades nas quais se reconhecem o seu lugar como sujeitos históricos legítimos (SCOTT, 1995, p. 75).

Para as mulheres militantes, o prazer do/no conhecimento está no processo de aquisição do mesmo; é esta vontade de conhecer que move as mulheres guerrilheiras ao longo da vida, mesmo discordando hoje da guerrilha enquanto forma de resistência, como afirmam Ana Maria e Eliane:

[...] guerrilha nós participamos, mas não dá conta de resolver o problema do país.. guerrilha não tá com nada mais, coisa e tal.. mas não, nunca teve... mas não, nunca teve... Mas o movimento, assim, foi bom porque teve um estudo.. você estudou, você vê que você pode; só através da política que você vê... é um ser hum... os problemas do ser humano... é na política! Não tem essa coisa de sair da política; você tem que tá dentro, tem de participar, de qualquer forma.. mesmo que você tenha outra ideia, participa, tem outra ideia participa... porque essa foi a vantagem... Essa juventude participou bem, e teve um conhecimento e tem essa... essa coisa, eu achei que foi muito bom, muito legal... Nossa! Não gostaria de não ter participado de jeito nenhum, sabe? (risos) (Informação Verbal: Ana Maria)

Foi muito bom sonhar (rindo), acreditar. Eu, por exemplo, me considero hoje uma pessoa pacifista é... eu assim conheço pouco, conheço "Daniel Benj" que virou um verde né um.. sabe, acho que foi uma época de importante, acho que a luta foi uma luta importante. No filme do Chico Buarque ele fala uma coisa legal. Você assistiu Chico Buarque? Ele fala que ele é dono de redação, que ele teve que morar fora, que teve problemas com a censura, que ele foi censurado e tinha que mudar letras entendeu? Mas que ele hoje tava contente, porque conseguiu a democracia e acho que, de fato, a gente conseguiu a democracia porque foi, foi terrível, mas assim, por mais que pareça que a gente foi vencido, eu acho que somos vencedores também, sabe? Apesar de tudo, somos vencedores... E aí o Chico Buarque fala assim: a gente queria democracia, a democracia tá instalada. E agora hoje ele tá defendendo a democracia novamente. Hoje ninguém fala em luta armada porque é impossível mesmo. Todo mundo tem consciência de que isso não é possível, a história mostrou pras pessoas de que não é possível e ele tá lutando pela democracia de outra forma... (Informação Verbal: Eliane Mota)

Ao extravasarem seus hábitos, suas rotinas, elas enquadram suas memórias individuais socialmente de maneira a nos permitir o acesso a diversas camadas de sentidos na sua condição de partícipe da história; condições estas atreladas às suas participações sociais presentes nos acontecimentos cotidianos, tanto da esfera pública, quanto privada, pois como nos ensina Maurice Halbwachs, (1990), a memória é social e coletiva, embora quem lembre seja um indivíduo em um determinado espaço e tempo específico. Para perceber isso, é preciso estar atento, pois as mudanças das nossas narradoras são internas e suavemente externalizadas através de fluxos de memória que não dissociam de maneira linear as mulheres na luta pela democracia. Segundo Eliane e Ana Maria, quando fala de homens e mulheres na guerrilha:

Olha eu tava pensando sobre isso, a gente tinha distinção... eu acho que tem, porque se você fala em união das mulheres porque separa as mulheres dos homens é porque as mulheres ainda não tão ocupando um espaço igualmente, eu acho, assim eu entendo dessa forma, né? E se você ler Lênin essas coisas, na Revolução Russa, você vai ver que, a mulher também – apesar de ta todo mundo falando que a mulher vai ser igual, direito igual – mas não é, acho que não é até hoje né?! (risos)... [distinção entre homens e mulheres nas ações] havia, a gente parecia que era, eu acho que a gente era mais... a gente ajudava, mas a gente talvez tivesse mais cabeça, porque por exemplo, o Clemente que foi um cara que eu fiquei bem próximo, que era do comando nacional, nós ficamos muito próximos, é... que o João não me ouça, mas o casamento era aberto e eu namorei o Clemente, entendeu?! E ele falava assim, eu lembro dele falar assim de uma companheira do Rio que era muito, que era uma pessoa muito forte que ela competia de igual pra igual com os homens, era a mulher que lia adoidado, que lia o capital, e as leituras que na época a gente fazia que era importante pro que a gente queria né e eu me lembro que eu fiquei assim “poxa, essa mulher é legal, quero ser igual a ela!” (risos) e ele me dava forças pra eu ir pra esse caminho. Então eu acho que é uma coisa assim é você ver até hoje, né? Quantas presidentas se tem no mundo? Né? Quantas pessoas, quantas mulheres tem destaque, porque eu acho que é mais difícil, num é que a mulher é menor é que ela é criada de tal forma que é... fica difícil de ocupar um cargo, as vezes acha que você é incompetente [...] [cargos de mulheres na organização] Olha pelo que eu me lembre só os homens, a gente tinha entre a gente né, um trabalho pra fazer com mulheres, mas assim, eu acho que pouca gente pelo que eu leio do Rio e de São Paulo, também tem pouca gente né? (Informação Verbal: Eliane Mota)

Olha, devia ter, na época devia ter, a gente lia o... lembro que até hoje, eu falo que esse pessoal tudo é machista (risos) mas a gente tinha uma cabeça melhor, pelo menos podia falar: nossa senhora!” Aé mesmo, desculpa aí e coisa e tal, isso foi mal, né?!” era uma coisa assim... mas era machista! Tinha um sempre que... tinha um que falava coisa assim e depois arrependia, “ah não, desculpa aí só porque você é mulher eu falei isso”, mas tava aberto, né... Isso que era o interessante do processo né? É o estudo, a vontade “como, vou falar isso, só porque ela é mulher” “só porque é não sei o que” “e não sei o que”, ficava difícil, né?! (Informação Verbal: Ana Maria)

E é nessa resignificação das memórias que estas mulheres, mais do que relembrar, do que reviver, elas se refazem, se reconstruem e se repensam com as imagens de um presente dialetizado e ampliado. A atribuição de sentidos às experiências está configurada em uma memória pendular na qual os tempos do agora, do passado e do esperado complexificam as experiências possíveis vividas e não vividas, de maneira a construir novas identidades coletivas para o lugar da mulher na guerrilha urbana. Essa valorização da memória da qual também fala Walter Benjamin (1987) é fundamental para transmitir as experiências e salvaguardar os testemunhos para além dos sujeitos selecionados pelos manuais de história. Ao refletir sobre a sua existência, os seus atos e os sujeitos ao redor, as mulheres apresentam e transformam o ambiente, pois a partir desse mergulho dentro de si retiram os sentidos das experiências vividas no contexto da ditadura militar e os (re) significam:

foi muito bonito ver o Chico falar isso, a democracia venceu! Então agora nós estamos aqui no Brasil vivendo a democracia, o passado passou, mas no presente e no futuro, espero, estamos e estaremos na democracia, sabe? E eu acho que nunca tinha... Acho que falando com vocês aqui que eu fui reelaborando assim essa... não sei se ajudei. (Informação Verbal: Eliane Mota)

Quer dizer... tem umas coisas assim que eu falo que não arrependo por isso, porque acho que foi bom porque abre a cabeça da gente sabe?... e sempre... sempre sabendo que política é a base, você tem que né... a pessoa... Eu acho assim, pode ter religião... não tem problema... porque aí no seguinte, naquela época era o comunismo... o comunismo mata criança, como criança, aquela coisa de comunismo e que nada, né? A gente vai estudar o comunismo e aí você vai ver o que é socialismo e o que é comunismo né e fica aquela coisa né... eu acho que foi o que me deu isso... Na minha família eu vejo assim... assim... participo mais das coisas por isso, porque participei do movimento... porque acho que todo mundo tem que participar de alguma coisa, de alguma forma... eu vou continuar estudando e participando dos movimentos, porque eu fui formada nos movimentos, estudar, fazer qualquer coisa sonhar com o futuro melhor sempre, é isso, só isso, sonhar com mais liberdade e igualdade. (Informação Verbal: Ana Maria)

Nas narrativas o futuro é o tempo da imaginação. O mundo do passado é aquele no qual, recorrendo às lembranças, elas buscam refúgio; e o presente é a temporalidade na qual há um debruçar dentro delas mesmas e neste presente reconstruem suas identidades (BOBBIO, 1997). Essa viagem empreendida pelas narradoras entre os tempos localiza o ser interno e externo que se reconhece nas distintas temporalidades situadas em espaços sociais diversos. Nessa temporalização das suas experiências elas humanizam o tempo, na medida em que suas narrativas são enquadradas pela experiência temporal. Neste enredo por elas partilhado, diferentes ações, eventos e personagens são articulados a fim de produzir um conjunto coerente de sentidos,

configurados e reconfigurados a partir dos atos de rememoração, nos quais o ato de ter lutado na guerrilha é interpretado a partir das memórias e da narrativa em que se relacionam os tempos vividos com os espaços partilhados em seu cotidiano.

VOZES FEMININAS NA GUERRILHA URBANA: MEMÓRIAS EMERGENTES, OUTRAS HISTÓRIAS

Nos estudos sobre a ditadura militar cada vez mais se torna necessário recorrer à memória testemunhal como possibilidade de conhecer para digerir e ressignificar esta experiência dolorosa vivida no país por mais de duas décadas. As narrativas de histórias vividas por pessoas, que de alguma forma foram perseguidas pela ditadura, expõem o direito ao conhecimento das práticas de um regime que imprimiu a tortura como *modus operandi*, o direito daquele que foi alvo destas torturas em verbalizar os traumas sofridos, o direito ao registro, à interpretação e, mais do que isso, o direito à reparação histórica.

As mulheres guerrilheiras que verbalizam suas histórias, além de exporem suas dores, verbalizam experiências que articulam discursos e destinos de modo a reverberar no mundo social a sua importância para os projetos de resistência à ditadura que vigorou no seio das organizações de esquerda que optaram pela luta armada. A história oral tem contribuído, neste sentido, para ampliar os registros escritos e inscrever no relato historiográfico outras contribuições, antes ausentes. Antes suprimidas em palavras e invisibilizadas em suas existências, as mulheres quando narram propagam uma luta pela validação de memórias de forma a abrir espaço para se inscreverem como sujeitos históricos e se oporem ao imaginário sobre a guerrilha, espaço este, normalmente masculinizado.

A redemocratização no Brasil, embora de forma não linear, com avanços e retrocessos, tem permitido às pesquisadoras e pesquisadores suscitar histórias, antes condenadas ao silenciamento, tanto no âmbito do político como das relações de gênero. Trabalhos como os da Comissão da Verdade Nacional, Regional e por vezes institucionais, pesquisas com história oral que privilegiam testemunhos femininos, têm nos apresentados realidades díspares daquelas até então conhecida. A cada incursão neste labirinto histórico da ditadura, não são poucas as mulheres “descobertas” nos diversos grupos que se configuraram naquele contexto.

Antes pouco explorada, a presença feminina vem ganhando relevância nas narrativas orais como fontes repletas de subjetividades, as quais tem nos permitido revisões historiográficas contínuas. Diferentemente dos registros escritos, que silenciaram a participação das mulheres, negando-lhes o espaço público de atuação na esfera da política, os relatos questionam a visão padronizada da “grande história masculina”, ao nos revelar as fissuras do discurso historiográfico até então praticado, critica e retira das sombras as mulheres tornando-as protagonistas. Dentro dessa perspectiva de sujeito da ação é que percebo a história oral como possibilidade de ampliação das vozes das mulheres guerrilheiras, as quais narram seu testemunho em um momento em que as feridas daquele período têm sido constantemente recuperadas. Seja na academia, sejam em discursos políticos, estas memórias necessariamente tocadas, suscitam lembranças dolorosas, mas necessárias, pois dialetizam percepções, impõe reflexões e debates, isso, talvez, para que a memória possa nos libertar da história, como diria Jacques Le Goff (1997), ou ao contrário, para que a história possa nos libertar da memória.

E é neste contexto de revisão destas memórias que o conhecimento e o reconhecimento da participação feminina na luta armada durante a ditadura militar, em especial na guerrilha vivida no eixo Brasília/Goiânia, podem alterar uma atuação quase invisível de mulheres que agiram “nas sombras”. Ao deslocarem-se entre o ambiente privado/familiar e público, na luta pela democracia instituíram laços de solidariedade afetiva e cotidiana no espaço das organizações de guerrilha, constituindo-se como sujeitos políticos no enfrentamento à ditadura militar brasileira.

Compartilhar as lembranças das duas guerrilheiras é mais do que compartilhar lembranças femininas no espaço da luta armada, pois não significa complementar uma história masculina, mas mais do isso, é democratizar a memória, reconhecer suas ausências e expor suas fissuras, pois quando se privilegia uma

história múltipla, inúmeros e outros possíveis significados que o ato de sobreviver ao trauma coletivo da ditadura representou nos permitem outras escritas, outras verdades.

As narrativas nos possibilitam estabelecer laços de reciprocidade, na medida em que é possível acessar formas de sociabilidade e os domínios da vida individual e coletiva daqueles que vivenciaram os processos de resistências contra a ditadura, bem como os diversos espaços sociais com suas especificidades acionados pelas narradoras. Cada frase proferida impõe camadas de memórias que se articulam em experiências únicas. Ao fiar suas lembranças, as narradoras jogam com os discursos e desafiam os papéis institucionais destinados às mulheres, pois elas lançam mão de táticas, nos termos de Michel de Certeau (1996), que procuram reintegrar o corpo às suas experiências de modo a humanizar as identidades comumente destinadas às mulheres. Cada ato de fala é uma luta contra o esquecimento, como diz Benjamin (1987); é uma tentativa de lutar pela manutenção da memória de modo a ressignificar as identidades, é lutar contra a mortificação do eu (GOFFMAN, 1975). As falas das narradoras são histórias de mulheres que “inverteram frequentemente as relações de força, e como as histórias de milagres, garantiram ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico” (CERTEAU, 1996, p. 85).

A identidade narrativa destas duas mulheres define de forma relacional as suas condições de vida e de outras guerrilheiras. A partir das condições de vida, suas histórias e as histórias de outras, por meio dos comportamentos assumidos, das aspirações, sintetizam elementos heterogêneos da condição de ser mulher e expõe as contradições identitárias que formulam trajetórias sociais diversas, circunscritas a redes complexas de relações sociais, nas quais a durabilidade da vida reinventa os corpos femininos e reinscreve personagens e identidades contraditórias, mas que se complementam em recomposições contínuas de diferentes identidades, diversas temporalidades em um corpo que se reencontra com suas experiências. Assim, mais do que uma tática cotidiana de consolidação temporal, as nossas narradoras ao falarem permitem uma recomposição social cotidiana das mulheres em nossa sociedade, pois que, ao nos fazer escutar as suas histórias, criam possibilidades de afirmação das identidades possíveis das mulheres no mundo social por meio de suas memórias.

Paul Ricoeur (1994), refletir sobre o processo dialógico da memória nos convoca a reflexões importantes e nos instiga a questionar como as temporalidades se reinscrevem simultaneamente nos relatos, e como a certeza do tempo pode ser questionada. Ricoeur (1994) pensa a memória em um presente ampliado e dialético, na medida em que é possível apreender o presente do passado (a memória), o presente do presente (a visão) e o presente do futuro (a espera). Na dialogia destes tempos, Ana e Eliane reinscrevem suas preocupações nos processos de rememoração, no qual se invoca a dialética do presente marcado no âmbito da política, da economia em uma perspectiva existencial, de modo que falar da guerrilha abarca o desejo de tornar presente aquelas experiências vividas e sentidas (RICOEUR, 1994).

No estudo das sensibilidades sobre as lutas das mulheres, a história oral possibilita que estas, no ato de narrar, ressignifiquem suas memórias através do ato do lembrar. Dito de outra maneira, possibilita aos indivíduos reverem valores instituídos ao longo da vida, pois a mulher que adentrou o espaço da militância política e se opôs à ditadura ao se insurgir contra a política golpista, opondo-se às práticas do regime, não aceitou considerar o lugar destinado a ela como o seu lugar; ao contrário, questionou os padrões sociais estabelecidos tanto para o universo feminino, quanto para o masculino:

Eu sou... Acabei sendo uma goiana meio esquisita, porque acabei saindo de casa antes de fazer 18 anos né... Nunca tinha saído. Aí nunca mais voltei pra Goiânia, então sou assim uma goiana meio transgênica (risos) sabe? É... porque depois que, todo mundo foi solto, a gente ficou em Brasília um tempo e depois nós fomos pros Estados Unidos, justo pros Estados Unidos né, porque tinha muitos amigos lá, aí nós fomos e eu não, não precisei sair clandestina, mas o João foi clandestino, foi com outro passaporte arrumou toda a papelada. Olha eu não participava disso, mas o João, sobrava até pro coitado do meu pai e da minha mãe, olha vou contar uma coisa aqui que minha mãe ficaria muito triste. Quando eu falei pra ela porque como eu era muito nova, e a liberdade sexual não era essas coisas na época né? Então, o João prometeu pro meu pai que a gente casaria e mandaria uma certidão de casamento, aí ele foi em corumbá, aqui, num cartório e conseguiu uma certidão de casamento e mandou pro meu pai e pra minha mãe. Minha mãe ficou tão chateada, mas tão chateada, sabe? Mas foi um jeito de acalmá-

los. Não tinha outro jeito, eu não podia nem casar. Quando ele foi solto, meu pai teve que me emancipar, nem ele...nem meu pai se deu conta da minha mãe, que não era casa. Mas minha mãe, meu pai foi assim, aí minha tia tava me lembrando que depois que era clandestino ela ainda conseguiu, minha mãe e minha tia, conseguiram visitar a gente, na clandestinidade, sabe? Só que ela lembra que esses dias tava lembrando que os padres participaram muito né, eles que entravam numa Kombi, vendava minha mãe e minha tia e diz que fazia... e era muito longe o Lago Sul e nem lembro direito onde era, mas a gente andava de ônibus, mas visitar eles não podiam saber o caminho, só lembro um lugar ermo, não tinha quase nada no começo da Asa Sul, Asa Sul não, Lago Sul, não tinha nada né? Então era assim que fazia as visitas né, mas eram pouquíssimas porque não podia fazer visitar né? Afinal, a gente era terrorista, puta, mas... Elas conseguiram fazer, não sei como, mas conseguiram! (Informação Verbal: Eliane Mota)

Iih! Fazia tudo. Dirigia, levava armas, tinha que fazer tudo mesmo porque? Era mais fácil pra mulher fazer várias coisas, o homem ele... tinha mais homem, mulher tinham poucas, era pouca, porque a mãe não deixava, porque na época, ainda mais sair de casa... mas tinha todo um preparo, a gente estudava, sentava e vinha gente de fora do comando nacional... tudo, ia falar: óh, o que que nós vamos falar pra mãe? Vai falar isso e isso olha, nós vamos participar mesmo do movimento, e nós... ou nós saímos de casa e vamos embora ou ficamos aqui e vocês não contam pra ninguém e deixa a gente participar né? Aí a maioria dos pais deixavam, né? Não teve nenhuma que falou: não, vai embora! Todos que eu conheci, todos fazem a... Depois que você conversa sério mesmo, que aí você já tá decidida, né.. O que você quer, mas você sabe que ser terrorista não é bom!. (informação Verbal: Ana Maria)

Adentrar ao mundo da política não foi algo que se realizou sem custos, pois para os segmentos conservadores a mulher militante estava invadindo um lugar que não era seu. Portanto, essas mulheres eram um desvio de mulher, elas passaram a ser as terroristas. Como elas estavam distantes dos modelos femininos vigentes no imaginário social, foram enquadradas em categorias que desqualificavam este imaginário. Para as famílias aceitar essa condição não foi algo fácil, mas como as entrevistadas ressaltam em suas falas, não havia outra opção.

Em uma sociedade compartimentada por blocos antagônicos entre direita e esquerda, os discursos que sustentam esse modelo societário dual acabam por igualar os sujeitos e situá-los em uma única condição: ou se é de esquerda, ou se é de direita, ou se é liberal ou comunista, entre tantas outras dualidades. A esquerda tradicional não fugiu a este padrão. Ao contrário, fixou esta fórmula de tal maneira que o cidadão foi enquadrado em apenas duas categorias: ou se era burguês ou proletário. Nesta concepção amplamente propagada pelas esquerdas brasileiras, as diversidades não receberam a devida importância, pois eram consideradas como uma espécie de desvio da luta principal, ou seja, o retorno à democracia. Tais discursos acabaram por construir sujeitos políticos únicos, no qual a presença feminina ou foi apagada ou, quando muito, enquadrando-a em categorias que não reconheciam sua importância na construção das (re)existências: para ser guerrilheira era preciso não ser mãe, como afirmou Eliane:

Então, era viver de uma forma... mais igualdade entre homem e mulher sabe? Nos exageros que eu peguei e, assim, por exemplo, não ensinei o [filho] a me chamar de mãe, acho que isso foi um erro (risos) de percurso... (Informação Verbal: Eliane Mota)

Esta atitude aponta para a perpetuação da naturalização das diferenças, por meio de uma concepção que distancia as relações de gênero das relações de poder. Tal ação acabou, muitas vezes, por apagar as historicidades das representações e relações de gênero na ditadura. Nesta medida, na historiografia da luta armada, por algum tempo instituiu-se a invisibilidade da mulher como sujeito político, como é possível perceber na narrativa de Eliane:

Eu acho que foi tanta... muitas formas, né?! Assim, eu, por exemplo, todo mundo atrasou os estudos, sabe? Perdeu emprego, é foi um prejuízo assim grande, tanto no lado profissional, quanto no lado do dia a dia e eu acho que foi até pra voltar a trabalhar e pra voltar a acreditar, ter energia pra fazer as coisas né? Acho que foi difícil, depois as pessoas foram se... cortando caminhos, né... Eu acho que todo mundo ficou muito marcado, você falou que o Alan foi difícil fazer entrevista, né, e eu também tava assim... É, porque é duro, sabe? (Informação Verbal: Eliane Mota)

Cabe salientar que toda narrativa é permeada pelo movimento da cultura, a qual não se atém a uma temporalidade única. Isso nos revela que o sujeito histórico se constitui em um processo de produção de

referências nesta constituição, disputa os sentidos do passado por meio de suas interpretações enunciadas em um sistema de significação e símbolos modulados socialmente pelo tempo e espaço, no caso de Eliane, pelas marcas deixadas pela guerrilha. Dessa maneira, o sujeito histórico, no ato de interpretar, se coloca como produtor de verdades históricas. Diante de tal constatação, é preciso ao historiador atentar-se aos elementos constitutivos dos relatos, pois isso nos revela possibilidades de sentidos antes submersos. Tais sentidos nos oportunizam compreender as relações culturais e sociais no que se refere aos sentidos historiográficos nos quais as tramas tecidas pelas narradoras revelam elementos sociais significativos para a interpretação das potencialidades dos significados e valores da história das mulheres e das relações de gênero.

IDENTIDADES FEMININAS NA GUERRILHA: INSUBMISSÃO E RESISTÊNCIA DISCURSIVA

Os usos possíveis das histórias narradas no que tange ao complexo de relações sociais experimentadas pelas mulheres na guerrilha urbana revelam que o depoimento oral sempre é permeado por relações para além daquela vinculadas às tradições: elas revivem elementos culturais e sociais que se conectam a outras experiências históricas. Assim, os silêncios e as pausas não configuram uma ausência de potência da verve narrativa das mulheres entrevistadas; ao contrário revelam outros sentidos que fogem das reificações da interpretação da resistência à ditadura enquanto uma história de homens. Portanto, os sentidos dados por elas são mais do que uma contribuição à pesquisa histórica, pois o relato, por não se caracterizar pela reconstituição da inteireza dos processos sociais, no permite mapear, identificar relações de maneira a estabelecer uma estrutura de sentimentos. O que temos, esta forma, não é uma fotografia do social, e no caso dos relatos das mulheres não é uma fotografia da ditadura e das ações de resistência; mas sim, o que se coloca é um processo cultural que movimenta os signos, atribuindo sentidos a outros elementos em disputa pelos quais emerge outra memória de referência de sujeitos históricos, antes silenciados. Estas referências expõem novas sensibilidades, as quais nos tiram dos panoramas sociais abstratos. As análises aqui postas procuram compreender a estrutura de sentimentos nos relatos como uma experiência social em movimento, sempre confuso, inacabado e indeterminado. São processos que devem ser lidos como percepções. Para além de uma fórmula cartográfica, a interpretação desse movimento histórico narrado por duas mulheres é tecida em um conjunto de relações no qual se estruturam os sentidos do mundo social.

Nos relatos o discurso coloca as mulheres no universo da luta armada, um lugar em que o posicionamento está marcado pelo lugar social e epistêmico que ocupa. Se, como diz José C. S.B. Meihy e Fabíola Holanda (2007, p.64), a “História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”, pode se afirmar que situar esses discursos e representações no contexto da ditadura militar é conferir legitimidade as identidades por elas definidas. Celebradas ou problematizadas nos relatos, as identidades das mulheres guerrilheiras se constroem nas histórias e trajetórias reconstruídas. Se o principal fundamento da história oral se constitui em uma dimensão social que abarca a memória coletiva e a identidade social (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.131), nessa linha de raciocínio concordamos com Delgado (2006, p.9) quando ressalta que “[...] a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.”

Na diversidade discursiva materializada, a mulher passa a existir enquanto sujeito histórico, pois constituindo-se como agentes de luta pela liberdade, pela insubmissão e resistência, sendo o protagonismo o elemento desse resistir. Assim como diz Silva (2000, p.84) “O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”. O conjunto de representações que emergem nos relatos promove a desestabilização dessa identidade submissa de papel coadjuvante para o protagonismo social. Se a “[...] a história oral é sempre social. Social, sobretudo porque o indivíduo só se explica na vida comunitária”, pode se afirmar que estas identidades emergentes questionam os sistemas de representação de

uma não história das mulheres. Assim relatos como os de Ana e de Eliane reivindicam identidades, memórias, culturas e outros regimes de historicidade, pois:

Éramos subversivos, nós estávamos defendendo a democracia, não era um terrorista... lá, puxa vida, ninguém... Poucas pessoas era... Vou te contar, eu não conheço nenhuma pessoa que matou outro e olha que eu conheço um monte de gente... Essas pessoas mesmo, esses nomes aí, que eu falei, ninguém nunca matou ninguém... (risos) quer dizer, talvez sim! (Informação Verbal: Ana Maria)

Pensar as identidades destas mulheres a partir da sua constituição enquanto sujeito histórico requer compreendê-las como partícipes da historiografia, pois identidades são gestadas socialmente no campo do simbólico e cumprem papéis estratégicos. A história oral tem se configurado como um marco dessa compreensão, ao possibilitar, a partir de suas condições de produção de fontes, a emergência de narrativas que confrontam o discurso dominação de uma história masculina. Identidades são gestadas socialmente no campo do simbólico e cumprem papéis estratégicos; por isso reafirmar a condição de não terrorista se apresenta como uma necessidade. Assim:

you sair do sistema, não viver no sistema; aí a revolução já era muito mais pensada, numa revolução interna, e o movimento hippie era mais uma revolução interna e o jeito de como é se divertir, era como é hoje, acho que é muito próximo do que era o anti-consumismo, porque a gente tinha o mínimo e não precisava de muito, né? Então, era viver de uma forma... mais igualdade entre homem e mulher, sabe? (Informação Verbal: Eliane Mota)

No processo de construção identitária, os discursos das guerrilheiras se forjam em suas memórias anunciando coesões e contradições, consensos e diferenças. Esse processo de conhecimento e reconhecimento na elaboração de suas identidades traz a constante costura de posição e contexto, fazendo com que a volatilidade seja um marco livre de concepção de rigidez ou essencialidade (HALL, 2003). Por meio da análise do discurso é possível “des-cobrir sentidos” (ORLANDI, 2008) atribuídos para lugares de significação, de produção de sentidos, na elaboração de suas identidades como mulheres guerrilheiras em busca de mais igualdade. No percurso desses sentidos inscrevem-se outras historicidades nas quais a história é perpassada por essa discursividade.

Ao entendermos as narrativas como fontes marcadas por preocupações e lugares de falas específicos, é possível afirmarmos que a memória produzida e narrada é constituída por escolhas condicionadas por posições assumidas e contextos nos quais estas mulheres se inseriram e ainda se inserem. Ana e Eliane em seus argumentos revelam contradições na crítica realizada. Embora comprometidas em problematizar a identidade guerrilheira como sujeitos históricos, reconhecem a presença marcante dos homens na composição social da historiografia sobre o período, o que não minimiza os efeitos de verdade do papel estratégico do *discurso sobre as mulheres*. Pelo contrário, permite visibilizar as mulheres na desconstrução de um conhecimento historiográfico produzido por homens que privilegia homens. O conhecimento produzido por esses relatos, na perspectiva da história das mulheres e das relações de gênero, assume importante papel na reorganização do saber, estando permeado por questões ideológicas e políticas, sem negá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo atuantes, as narrativas de Ana Maria e Eliane mostram que as mulheres enfrentaram diversas barreiras nas organizações de resistências à ditadura, não raro a luta armada não absorveu a participação delas na sua plenitude. Fosse porque o tema da emancipação feminina ou o questionamento de valores e comportamentos machistas terem sido considerados frente à necessidade da restituição da democracia; fosse porque consideravam a mulher como incompatível para a militância, pois a maternidade poderia colocar em risco as ações de resistência, fosse em virtude da “divisão sexual” das tarefas revolucionárias. Embora tenham participado efetivamente de ações perigosas, quase nenhuma mulher exerceu papel de dirigente de

uma organização. Na historiografia, só recentemente tem se instituído interpretações nas quais a luta na guerrilha ganha o protagonismo feminino.

Por meio da história oral as subjetividades das mulheres têm emergido e isso tem permitido novas interpretações sobre as resistências nas quais se revelam elementos sociais complexos, dado que as narrativas não são apartadas de processos sociais. As mulheres guerrilheiras estão subsumidas a práticas discursivas e não discursivas. As práticas discursivas estão para além da fabricação de discursos, pois comportam tanto as instituições, quanto os esquemas de comportamento que as definem e as mantêm. As práticas discursivas definem regras que de algum modo atualiza e reatualiza o discurso.

A ditadura militar não foi um período fácil, em especial para as mulheres, pois estas, além de lutar contra os militares, tiveram que forjar sua presença nas organizações de esquerda, organizações estas que não as reconheciam como protagonistas. Não raras as vezes, os movimentos com pautas voltadas para os direitos das mulheres foram olhados com impaciência por aqueles que julgavam tais reivindicações como um comportamento desviante das pautas verdadeiramente sérias. Assim, por muitos momentos, lutas por causas específicas da mulher foram consideradas inconvenientes e divisionistas. Se a história política tem dado privilégio em suas narrativas aos homens, a história da ditadura militar no Brasil, até bem pouco tempo, pode ser definida como o não lugar do feminino, pois foi uma historiografia que invisibilizou a mulher militante, a destituiu de sua condição política e não a reconheceu como sujeito histórico. As mulheres, apesar de lutarem pela redemocratização do país, não costumavam estar presentes nos relatos históricos e, muito menos, nas documentações sobre o período.

Ao ouvir as narrativas das duas mulheres fica clara a necessidade de incorporarmos a noção de “mulheres”, longe de qualquer tipo de essencialismo (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 295). Na análise das falas é possível perceber as mulheres guerrilheiras como um grupo heterogêneo que comporta uma pluralidade de identidades, experiências e significados construídos historicamente por discursos e práticas variadas, em que as suas (re) existências são percebidas em relação a outras categorias identitárias tal como classe, etnia, sexualidade... Nos relatos, a categoria de gênero aparece prenhe de significados políticos e históricos, pois define práticas sociais para além das relações interpessoais, ao contrário as mulheres, no exercício da resistência, promove reflexões que entrecortam o discurso sobre sua condição de maneira singular e específica. Nas suas falas aproximam a complexidade das relações de gênero por elas experienciadas. Na guerrilha o exercício do poder nem sempre reconheceu as mulheres como protagonistas; porém o fato de pegar em armas, levar informações, organizar ações imprimem outros regimes de verdade nas representações sobre os papéis a elas destinados.

Diante do exposto, trazer as narrativas e histórias destas duas mulheres, Eliane e Ana Maria, para o presente é reverberar outras narrativas no processo de produção do conhecimento e pesquisa sobre relações de gênero, sobre ditadura, pois de acordo com Thompson,

Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático (2002, p.28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- BOBBIO, Norbert. **O tempo da memória: De senectude e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísicado Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**, Petrópolis: Vozes, 1975.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende *et al* Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1997.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, 9(18),p. 9-18. 1989.
- PERROT, Michelle. **As Mulheres e os silêncios da História**. Bauru, EDUSC, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v.23, n.3, p.15. 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-15, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a historia oral diferente. **Projeto História**, n. 14, São Paulo, fevereiro/1997.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In Silva, Tomaz Tadeu da; Hall Stuart; Woodward Kathryn. **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais** Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOIHET, Raquel., & PEDRO, Joana. Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, 27(54), p. 281-300. 2007.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/6764/6485> (pdf)